

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

As políticas implantadas no ensino público na década de 1990 e nos anos seguintes provocaram, como se sabe, uma reestruturação em grande escala, cujos efeitos são palpáveis nas salas de aula, nas séries estatísticas e no modo como docentes se (re)organizam diante de tais mudanças. Nesta edição, oferecemos ao leitor um dossiê que discute diferentes aspectos dessa realidade.

Otaviano Helene analisa os indicadores de conclusão escolar no Brasil nas últimas décadas, concluindo que a universalização do ensino não se realizou, pois as taxas de conclusão são baixíssimas. Por exemplo: apenas 55% dos adolescentes brasileiros concluem o ensino médio.

Sandra Zákia e Valéria Lopes demonstram que o modelo de avaliação empregado nas políticas educacionais acolhe diferentes níveis de qualidade e “princípios de desigualdade e competição”. Instituir incentivos financeiros como mecanismo de gestão só fortalece “a perspectiva da competição, minorando as possibilidades de cooperação e de construção de identidade de rede entre as escolas”.

José Marcelino Pinto explica que a municipalização do ensino básico já alcançou 52% das matrículas (2006). Diante da perspectiva de fim do Fundeb em 2020, e do decorrente colapso do sistema por insuficiência de recursos, ele propõe unificar a rede pública estadual e as municipais, e garantir o financiamento tripartite (União, estados, municípios) com gestão local, democrática, dos recursos.

Edmundo Dias e Lalo Minto discorrem sobre o impacto das políticas neoliberais no ensino superior paulista, lembrando que a reforma do ensino no Brasil está inserida na lógica maior da reestruturação global do modo de produção capitalista, segundo a qual “a educação é tratada como negócio privado e não mais como direito”.

Dalila Oliveira e Savana Melo examinam as mudanças ocorridas nos sistemas educacionais da Argentina e do Brasil, bem como as formas de organização da categoria docente e a sua “permanente contraposição à precarização do trabalho”.

Subsídios para refletir e lutar.

Precarização na universidade “de classe mundial”

O jornalista Guilherme Jeronymo passou semanas conversando com o exército de proletários que, a cada dia, trabalham duramente para a USP, sem que sejam reconhecidos como funcionários desta instituição pública. São os trabalhadores terceirizados, aos quais está reservada uma espécie de subcidadania laboral. Além da reportagem, artigos de Giovanni Alves e Jorge Souto Maior jogam mais luz sobre a cruel política de terceirização.

“Julgam a qualidade da USP pelo banheiro”

Publicamos nesta edição uma devastadora entrevista com um professor da FEA que tenta, há alguns anos, desvincular-se do passado de partícipe de uma poderosa fundação privada dita “de apoio”, a FIA. O professor José Siqueira descobriu que fôra gestado no Departamento de Administração da FEA, em 2006, um golpe institucional, que consiste na criação ilegal da figura do “professor-bolsista”, graças à qual determinados figurões da FIA (que remunera os bolsistas) liberam-se daquela obrigação comezinha para a qual são pagos pela USP: a de dar aulas.

Na entrevista, Siqueira desconstrói a imagem alardeada pela FIA, de fiel apoiadora da USP. Merece destaque a seguinte passagem, sobre um dos tópicos do “pensamento FIA”: “Eles acham que a USP está errada: administra mal as carreiras e administra mal as unidades. E [que] os banheiros são sujos — os banheiros deles são os melhores do mundo. Estou falando sério! Pode parecer uma piada, mas é argumento sério. Eles julgam a qualidade docente, a qualidade de pesquisa, a qualidade da USP pelo banheiro.”

Esclarecimento: a edição 45 traz, na capa, uma montagem de duas fotografias, ambas de autoria do repórter-fotográfico Daniel Garcia.

O Editor